

# Ministro russo considera alto o risco de combate entre EUA e Coreia do Norte

O ministro de Relações Exteriores russo, Sergey Lavrov, disse na sexta-feira (11) que é "muito alto" o risco de um confronto militar entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte, e lembrou que Moscou se opõe terminantemente ao armamento nuclear de Pyongyang

“Considero que o risco é muito alto. Especialmente levando em conta a atual retórica: soam claras ameaças do uso da força”, disse Lavrov. Ele lembrou que “a Coreia do Norte diz que tem direito a fabricar armas nucleares e que inclusive já as tem”.

Ele reconheceu que Moscou está “muito preocupada” pelas ameaças de Washington de um possível ataque preventivo e as agressivas respostas de Pyongyang. “Os comentários (nos EUA) de que é preciso realizar um ataque preventi-



Ex-prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

vo à Coreia do Norte e as afirmações de Pyongyang que é preciso atacar a ilha de Guam não param e isso é algo que nos preocupa muito”, apontou o chefe da diplomacia russa. Ele afirmou que fará todo o possível para evitar um conflito e pediu que Washington dê o primeiro passo para baixar a tensão.

“Opino que quando a situação desemboca praticamente em uma briga, quem deve dar o primeiro passo para se afastar dessa perigosa linha é o mais forte e astuto, ou seja, os Estados Unidos”, comentou. Lavrov ainda lembrou que a Rússia e a China propuseram no começo de julho “um plano muito sensato para um duplo congelamento”. Por parte do regime de Kim Jong-un, visando suspender todos os testes de armas nucleares e mísseis balísticos, e para EUA e Coreia do Sul a suspensão das suas manobras militares conjuntas em grande escala (Agência EFE).

## BANCO INDUSCRED DE INVESTIMENTO S.A.

C.N.P.J. nº 33.588.252/0001-32

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa, referente ao exercício encerrado em 30 de Junho de 2017, bem como, parecer dos auditores independentes. A Diretoria está ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer informações adicionais que julgarem necessárias. São Paulo, 04 de Agosto de 2017

Balanços Patrimoniais - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)		Demonstração dos Resultados (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)		
	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
<b>Ativo Circulante</b>	<b>26.848</b>	<b>25.211</b>		
Disponibilidades	65	101		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota 4)	22.527	7.877		
Aplicações em Operações Compromissadas	18.497	3.622		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.030	4.255		
<b>Operações de Crédito (nota 5)</b>	<b>573</b>	<b>13.549</b>		
Operações de Crédito - Setor Privado	1.610	16.222		
(-) Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.037)	(2.673)		
<b>Outros Créditos (nota 6)</b>	<b>49</b>	<b>50</b>		
Diversos	49	50		
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-		
<b>Outros Valores e Bens (nota 7)</b>	<b>3.634</b>	<b>3.634</b>		
Outros Valores e Bens	3.634	3.634		
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>				
Permanente	14	19		
Investimentos para Incentivos Fiscais	5	5		
Imobilizado de Uso (nota 8)	9	14		
<b>Total do Ativo</b>	<b>26.862</b>	<b>25.230</b>		
<b>Passivo Circulante</b>				
Depósitos (nota 9)	4.967	4.588		
Depósitos a Prazo	4.967	4.588		
<b>Outras obrigações (nota 10)</b>	<b>80</b>	<b>180</b>		
Cobrança e Arrec. De Trib. e Assemelhados	2	63		
Fiscais e Previdenciárias	28	71		
Credores Diversos	50	46		
<b>Patrimônio Líquido (nota 11)</b>	<b>21.815</b>	<b>20.462</b>		
Capital Social	19.000	19.000		
Reserva de Capital	423	423		
Reserva Legal	725	725		
Reserva Estatutária	1.776	1.776		
Prejuízos acumulados	(280)	(1.462)		
<b>Total do Passivo</b>	<b>26.862</b>	<b>25.230</b>		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)						
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Estatutária	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>19.000</b>	<b>423</b>	<b>725</b>	<b>1.776</b>	<b>(1.462)</b>	<b>21.924</b>
Prejuízo do Semestre	-	-	-	-	(1.462)	(1.462)
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	<b>19.000</b>	<b>423</b>	<b>725</b>	<b>1.776</b>	<b>(1.462)</b>	<b>20.462</b>
Prejuízo do Semestre	-	-	-	-	(3.523)	(3.523)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>19.000</b>	<b>423</b>	<b>725</b>	<b>1.776</b>	<b>(3.523)</b>	<b>18.401</b>
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	3.414	3.414
Reserva Legal	-	-	171	-	(171)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>19.000</b>	<b>423</b>	<b>725</b>	<b>1.776</b>	<b>(280)</b>	<b>21.815</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2017. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1. Contexto Operacional:** O Banco Induscred de Investimento S.A. tem por objeto a prática de operações inerentes a Banco de Investimento, ativas, passivas e acessórias e outras operações e serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil e que venham a ser autorizados, de acordo com as disposições legais e regularmente vigentes. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis Nos. 11.638/07 e 11.941/09 e Normas e Instruções do Banco Central do Brasil, através do Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF, que estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais incluem estimativas para registrar determinados ativos e passivos. Assim, as demonstrações incluem várias estimativas, como a vida útil do imobilizado, provisões para contingências, imposto de renda, entre outras, o que pode representar variações em relação à efetiva realização. As demonstrações financeiras da instituição são de responsabilidade da administração e são elaboradas pressupondo-se a continuidade normal das operações, com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. **3. Principais Práticas Contábeis:** a) Receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério pro-rata-die. b) Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidos das respectivas rendas a apropriar e provisões para perdas. c) São considerados como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de liquidez cujos prazos de liquidação na data da contratação eram de até 90 dias. d) As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. e) As operações de crédito foram registradas pelo valor do principal e acrescidas dos encargos até a data do balanço. f) Outros valores e bens são representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento, disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização. g) O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas compatíveis com o tempo estimado de vida útil econômica dos bens. h) O Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo são demonstrados pelos seus valores originais, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das despesas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescidas dos encargos auferidos até a data do balanço. i) A provisão para férias, inclusive os encargos sociais, são reconhecidas por competência mensal, segundo o período incorrido, constituídas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. k) A provisão para o imposto de renda, quando aplicável, é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal, e a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20%, conforme previsto na legislação fiscal.

**4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez** 01/01 a 01/01 a 30/06/2017 30/06/2016

Aplicações em Operações Compromissadas 18.497 3.622

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - CDI 4.030 4.255

**22.527 7.877**

**5. Operações de Créditos: a) Composição do Total das Carteiras e Prazos** 01/01 a 01/01 a 30/06/2017 30/06/2016

	01/01 a 30/06/2017		30/06/2016	
	Vencidos	Até 360 dias	Vencidos	Até 360 dias
Empréstimos e desconto	1.188	49	373	-
<b>Total</b>	<b>1.188</b>	<b>49</b>	<b>373</b>	<b>-</b>

**b) Composição da Carteira por Setor de Atividade** 01/01 a 01/01 a 30/06/2017 30/06/2016

Setor privado 1.224 9

Comércio 161 8.823

Pessoa física 225 7.390

**Total** **1.610** **16.222**

**6. Outros Créditos - Diversos** 01/01 a 01/01 a 30/06/2017 30/06/2016

Títulos e créditos a receber 49 51

(-) Provisão para Devedores Duvidosos - -

**49 51**

**7. Outros Valores e Bens:** Referem-se a imóveis para alienação, recebidos em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverão vendê-los dentro do prazo de um ano, a contar do recebimento, prorrogável até duas vezes, a critério do Banco Central da República do Brasil, conforme lei nº 4595/1964, art. 35, II, como a seguir:

	Valor - R\$
Escritório	3.588
Apartamento	45 (i)
<b>Total</b>	<b>3.634</b>

(i) Conforme carta do BACEN, número 117027739 em 29/05/2017, o prazo legal para alienação dos bens foi prorrogado para 05/06/2018.

**8. Imobilizado de Uso** 01/01 a 01/01 a 30/06/2017 30/06/2016

Custo	01/01 a 30/06/2017		30/06/2016	
	Saldo em 01/01/2017	Adições	Saldo em 30/06/2017	Valor Líquido
Móveis e Utensílios	93	-	93	93
Equipamentos	9	-	9	9
Sistema de Proc. de Dados	191	-	191	191
Veículos	134	-	134	134
<b>Total</b>	<b>427</b>	<b>-</b>	<b>427</b>	<b>427</b>

**Depreciação Acumulada**

	10%	(1)	-	(88)	(87)
Utilitários	(87)	(1)	-	(88)	(87)
Equipamentos	(9)	-	-	(9)	(9)
Sistema de Proc. de Dados	(185)	(2)	-	(187)	(183)
Veículos	(134)	-	-	(134)	(134)
<b>Total</b>	<b>(415)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(418)</b>	<b>(413)</b>

**9. Depósitos** 01/01 a 01/01 a 30/06/2017 30/06/2016

CDB Pós 4.967 4.588

**4.967 4.588**

**10. Outras Obrigações** 01/01 a 01/01 a 30/06/2017 30/06/2016

Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados 2 63

Fiscais e Previdenciárias 28 71

Credores Diversos 50 46

**80 180**

**11. Patrimônio Líquido: 11.1. Capital social:** O Capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 303.404 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **11.2. Dividendos:** No exercício de 2017 e de 2016 não houve distribuição de dividendos. **12. Gerenciamento de Risco:** A Política de Crédito do Banco Induscred de Investimento S.A., tem por objetivo estabelecer diretrizes que estão relacionadas às atividades das operações de créditos.

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

ar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, e entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 04 de agosto de 2017.  
**ARC & ASSOCIADOS** Antônio Ricardo Fernandes da Cunha  
 Auditores Independentes S/S Contador  
 CRC-PE-000355/O-2 - "S" - SP CRC-PE-005508/O - "S" - SP

## Comissão vai analisar medida que modifica o Fies



Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) foi eleito presidente da comissão.

Foi instalada a comissão mista que vai examinar a Medida Provisória (MP) 785/2017, que modifica o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O financiamento terá três modalidades e deve beneficiar mais de 300 mil estudantes em 2018. A MP prevê que a primeira modalidade do Fies vai financiar cursos de nível superior, sem cobrança de juros, para 100 mil estudantes com renda familiar por pessoa de até três salários mínimos por mês.

Já os outros dois modelos oferecem crédito a 150 mil vagas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e 60 mil para as demais regiões, com juros baixos, para quem ganhar até cinco salários mínimos, na média da família. Para o senador Dalirio Beber (PSDB-SC), que foi eleito presidente da comissão, o Fies é essencial. “Educação é, de fato, o investimento mais prioritário para que nós possamos ter assegurados o desenvolvimento e qualidade de vida para todos os brasileiros”, defendeu.

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), que é presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte foi escolhida relatora revisora da MP e observou que o Fies cresceu tanto que não se sustentou. “Foi uma expansão sem planejamento e que acabou gerando expectativas e distorções as mais graves possíveis. Da mesma opinião, o relator da medida, deputado Alex Canziani (PTB-PR) defendeu mudanças no programa.

“Nos moldes que vinha o programa ao longo dos anos, ele não poderia permanecer. Chegamos em 2014 a mais de 700 mil vagas, impactando muito seriamente o próprio Orçamento da União”, afirmou. Para o deputado Danilo Cabral (PSB-PE), no entanto, o tema não poderia ser tratado em medida provisória. “Insisto no caminho equivocada, no meu entendimento. Estamos mexendo com a vida de dois milhões e meio de brasileiros. Com um projeto de lei, a gente teria condições de fazer um debate mais amplo com a Casa e com a sociedade” (Ag.Senado).